

PISA e Educação no Brasil: entre a regulação global e as desigualdades estruturais

PISA and Education in Brazil: Between Global Regulation and Structural Inequalities

PISA y la educación en Brasil: entre la regulación global y las desigualdades estructurales

Ana Paula Duso¹  

Edite Maria Sudbrack²  

Resumo

O artigo analisa o impacto do PISA no sistema educacional brasileiro, considerando sua influência nas políticas públicas e no combate às desigualdades na América Latina. A pesquisa, de abordagem sociocrítica, utiliza análise documental e bibliográfica para examinar como os dados do PISA moldam políticas educacionais e sua contribuição para uma educação mais equitativa. Criado pela OCDE em 2000, o PISA estabelece padrões globais de qualidade, influenciando a governança educacional. No Brasil, revela avanços, mas também reforça desigualdades regionais. Seu impacto é controverso, pois, apesar de fornecer dados relevantes, pode fortalecer lógicas neoliberais que priorizam eficiência em detrimento da equidade. O estudo sugere a adaptação das políticas educacionais às realidades locais e propõe reflexões sobre o uso do PISA para promover uma educação inclusiva e reduzir desigualdades estruturais na região.

Palavras-chave: PISA; Desigualdade educacional; Globalização; Regulação supranacional.

Abstract

This article analyzes the impact of PISA on the Brazilian education system, considering its influence on public policies and the fight against inequalities in Latin America. The research, which uses a socio-critical approach, uses documentary and bibliographic analysis to examine how PISA data shape educational policies and its contribution to more equitable education. Created by the OECD in 2000, PISA establishes global quality standards, influencing educational governance. In Brazil, it reveals progress, but it also reinforces regional inequalities. Its impact is controversial because, despite providing relevant data, it can strengthen neoliberal logics that prioritize efficiency over equity. The study suggests adapting educational policies to local realities and proposes reflections on the use of PISA to promote inclusive education and reduce structural inequalities in the region.

Keywords: PISA; Educational inequality; Globalization; Supranational regulation.

Resumen

El artículo analiza el impacto de PISA en el sistema educativo brasileño, considerando su influencia en las políticas públicas y la lucha contra las desigualdades en América Latina. La investigación, con un enfoque sociocrítico, utiliza el análisis documental y bibliográfico para examinar cómo los datos PISA dan forma a las políticas educativas y su contribución a una educación más equitativa. Creado por la OCDE en 2000, PISA establece estándares globales de calidad e influye en la gobernanza educativa. En Brasil, revela avances, pero también refuerza las desigualdades regionales. Su impacto es controvertido porque, a pesar de proporcionar datos relevantes, puede fortalecer lógicas neoliberales que priorizan la eficiencia sobre la equidad. El estudio sugiere adaptar las políticas educativas a las

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS – Brasil.

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS – Brasil.

realidades locais y propone reflexiones sobre el uso de PISA para promover la educación inclusiva y reducir las desigualdades estructurales en la región.

Palabras clave: PISA; Desigualdad educativa; Globalización; Regulación supranacional.

Introdução

A avaliação em larga escala, exemplificada pelo *Programme for International Student Assessment* (PISA), emergiu em um contexto de transformações profundas no papel do Estado e na reorganização das políticas públicas em resposta à globalização e à reestruturação produtiva do capitalismo. Como observado por Afonso (2000), essas mudanças refletem uma transição do Estado-Providência, caracterizado pela provisão de bens e serviços, para um Estado regulador, que prioriza a eficiência e a competitividade em detrimento de ações redistributivas. No século XXI, essas dinâmicas assumem contornos específicos na América Latina, na qual políticas socioeconômicas têm oscilado entre avanços redistributivos e a manutenção de estruturas de desigualdade arraigadas.

Nesse cenário, o PISA, conduzido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), desempenha um papel central como instrumento de regulação supranacional, oferecendo uma métrica global de desempenho educacional. Desde sua criação, em 2000, o PISA se tornou um símbolo de governança educacional global, estabelecendo parâmetros de qualidade e eficiência para sistemas educacionais em diferentes contextos (Sellar; Thompson; Gorur, 2017). Contudo, sua aplicação em países periféricos, como o Brasil, suscita questionamentos sobre o impacto dessas avaliações no combate às desigualdades estruturais e na superação da pobreza, que permanecem como desafios centrais nas políticas educacionais da região (Bourdieu; Passeron, 2014; Sampaio; Oliveira, 2015).

Na América Latina, marcada por uma história de exclusão social, concentração de renda e fragilidade institucional, as políticas educacionais são atravessadas pelas dinâmicas de desigualdade socioeconômica. Segundo Sader (2009), o início do século XXI trouxe uma onda de governos progressistas, que buscaram, por meio de políticas redistributivas e investimentos sociais, mitigar os efeitos da pobreza extrema. No entanto, os avanços conquistados nesse período foram, frequentemente, desafiados pela persistência de desigualdades estruturais e pela influência de organismos internacionais que, ao promoverem padrões globais de desempenho, muitas vezes ignoram as especificidades locais (Dardot; Laval, 2016).

O PISA, ao estabelecer padrões de comparação internacional, insere-se nessa dinâmica ao oferecer dados que influenciam a formulação de políticas públicas. Por outro lado, conforme discutido por Afonso (1999; 2000) e Grek e Lindgren (2015), essas avaliações também podem operar como instrumentos de controle e legitimação de reformas alinhadas à lógica neoliberal, priorizando a eficiência e a competitividade em detrimento da justiça social e da equidade. No Brasil, a participação no PISA, desde 2000, tem revelado avanços graduais no desempenho dos estudantes e a reprodução de desigualdades

regionais e socioeconômicas, que refletem as barreiras estruturais de um sistema educacional historicamente excludente (Sampaio; Oliveira, 2015).

Este artigo propõe analisar a regulação supranacional operada pelo PISA e seu impacto no sistema educacional brasileiro, considerando as implicações dessa avaliação para o combate à pobreza e a redução das desigualdades educacionais no contexto latino-americano. A pesquisa adota uma abordagem sociocrítica, utilizando análise documental e bibliográfica para explorar como os dados do PISA têm sido utilizados na formulação de políticas públicas e como esses dados podem contribuir ou limitar avanços rumo a uma educação mais equitativa. Além disso, serão discutidas as críticas à padronização das avaliações e seu papel na perpetuação de uma lógica que privilegia o desempenho em detrimento da equidade (Bourdieu; Passeron, 2014; Dardot; Laval, 2016).

Ao situar o PISA nas interseções entre globalização, desigualdades estruturais e políticas educacionais, busca-se problematizar seu papel como ferramenta de governança global e sua capacidade de informar políticas que, efetivamente, promovam a inclusão social e a justiça educacional. Assim, o objetivo central deste estudo foi refletir sobre como os dados fornecidos pelo PISA podem ser transformados em ações concretas para superar as desigualdades históricas da região e assegurar uma educação de qualidade para todos.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), caracteriza-se pela consulta a materiais já elaborados, como livros e artigos científicos, com o objetivo de realizar uma revisão crítica das produções acadêmicas sobre o tema investigado. Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica do presente trabalho se concentra na análise de estudos que discutem o impacto do PISA na educação brasileira, destacando as contribuições de Xiaomin e Auld (2020), que abordam a “virada humanitária” da OCDE e a influência do PISA no desenvolvimento educacional global.

Além disso, a revisão bibliográfica também explora a literatura sobre a implementação do PISA no Brasil, analisando suas implicações políticas, sociais e pedagógicas. No contexto brasileiro, a implementação do PISA tem sido analisada por autores como Dickel (2010); Souza, Freitas e Caldeira (2024) e; Stieg, Soares e Santos (2024) entre outros, que discutem suas implicações e desafios para as políticas públicas nacionais.

A pesquisa documental, também descrita por Gil (2008), envolve o uso de fontes primárias, como relatórios, documentos governamentais e publicações de organizações internacionais. Neste estudo, a análise documental foca nos relatórios oficiais do PISA, considerando as edições mais significativas para o Brasil, como segue abaixo:

- PISA 2000: Primeira participação do Brasil, com foco na avaliação de leitura;
- PISA 2003: Avaliação de desempenho nas áreas de matemática, leitura e ciências;

- PISA 2006 e 2009: Análises dos desempenhos dos estudantes nas três áreas, com progressos graduais, refletindo os avanços e os desafios enfrentados;
- PISA 2012: Introdução da avaliação de resolução de problemas, ampliando a abrangência da avaliação;
- PISA 2015: Pequenos avanços nas áreas de leitura e ciências, mas com persistentes desafios em matemática;
- PISA 2018: Progressos lentos em leitura, ciências e matemática, com destaque para a continuidade das dificuldades estruturais no sistema educacional brasileiro;
- PISA 2022: Primeira inclusão da avaliação de pensamento criativo e, de forma opcional, a avaliação de alfabetização financeira.

A análise documental será centrada na investigação desses relatórios, que oferecem uma visão abrangente sobre o desempenho dos estudantes brasileiros nas avaliações do PISA e sobre as implicações políticas e pedagógicas decorrentes dos resultados obtidos. A partir dessa análise, o estudo busca entender o papel do PISA como ferramenta de regulação supranacional e como ele tem influenciado a formulação e a implementação de políticas educacionais no Brasil. A metodologia aqui adotada visa identificar as interações entre as avaliações internacionais e a construção das políticas nacionais, bem como os efeitos desses relatórios na transformação do sistema educacional brasileiro.

Além disso, a pesquisa procurará avaliar como os resultados do PISA podem contribuir para o entendimento das desigualdades educacionais no Brasil e como esses dados podem ser utilizados na formulação de políticas públicas mais equitativas e eficazes. A análise de documentos também permitirá avaliar a relevância dos padrões internacionais e suas implicações para as questões locais, como a superação das desigualdades educacionais e sociais no contexto latino-americano. Por meio desta abordagem, o estudo pretende identificar as forças globais que moldam as políticas educacionais nacionais e como elas impactam as práticas pedagógicas e os resultados dos estudantes brasileiros.

Primeiras Considerações sobre o Contexto Brasileiro

A desigualdade no sistema educacional brasileiro é reflexo das profundas assimetrias sociais e econômicas que caracterizam a história do país, resultando em exclusões que transcendem gerações. Essas desigualdades perpetuam a marginalização de populações vulneráveis e limitam as possibilidades de transformação social por meio da educação. De acordo com Silva (2010), as desigualdades educacionais no Brasil se configuram como um desdobramento das injustiças sociais estruturais, que restringem o acesso equitativo aos bens e serviços educacionais e dificultam a promoção de uma justiça social efetiva.

No contexto brasileiro, a desigualdade educacional pode ser entendida a partir das categorias de acesso, tratamento e conhecimento, como apontam Sampaio e Oliveira (2015). Essas três dimensões estão inter-relacionadas e formam uma cadeia de exclusão que perpetua a desigualdade educacional no Brasil. Para enfrentá-las, é fundamental um

esforço conjunto de políticas públicas que considerem as especificidades de cada contexto e priorizem ações voltadas para a equidade e justiça social no sistema educacional

A desigualdade de acesso se refere às barreiras que impedem ou dificultam que crianças e jovens ingressem no sistema educacional. Historicamente, no Brasil, a expansão do acesso à educação básica foi um dos principais desafios enfrentados, especialmente para as populações rurais, periféricas e indígenas. Embora os índices de matrícula tenham crescido significativamente nas últimas décadas, problemas como a evasão escolar, o trabalho infantil e a violência urbana continuam a limitar a presença de muitos alunos na escola. Sampaio e Oliveira (2015) ressaltam que a ampliação da oferta educacional não garantiu, automaticamente, a equidade, pois o acesso à escola muitas vezes se dá em condições precárias, com infraestrutura inadequada e insuficiência de recursos, o que impacta diretamente o aprendizado e a permanência dos alunos.

A desigualdade de tratamento diz respeito às diferenças nas condições e oportunidades oferecidas dentro das escolas aos alunos que já têm acesso à educação. Essa dimensão evidencia que nem todos os estudantes, ao ingressarem na escola, recebem o mesmo apoio ou são tratados de maneira equitativa. Fatores como as condições socioeconômicas, a discriminação racial e de gênero, e a localização geográfica da escola exercem forte influência sobre a qualidade do ensino ofertado. Conforme revelam dados do PISA 2018, analisados por Stieg, Soares e Santos (2024), escolas situadas em regiões periféricas ou rurais enfrentam desafios significativos, como carência de infraestrutura, escassez de materiais didáticos, elevada rotatividade docente e dificuldades na implementação de políticas pedagógicas eficazes. Esses fatores são agravados pela ausência de estratégias específicas para alunos com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social, o que amplia ainda mais o abismo das desigualdades educacionais.

Além das limitações materiais, observa-se que práticas pedagógicas homogêneas e descontextualizadas continuam prevalecendo em muitos espaços escolares, contribuindo para a manutenção de um modelo que desconsidera as particularidades socioculturais dos estudantes. Como discutem Souza, Freitas e Caldeira (2024), as políticas globais influenciadas por avaliações internacionais como o PISA tendem a induzir práticas pedagógicas voltadas ao desempenho mensurável, em detrimento de abordagens formativas e inclusivas. Para Sampaio e Oliveira (2015), a superação dessas desigualdades demanda um regime de colaboração efetivo entre as esferas de governo, com políticas públicas que priorizem a equidade no tratamento educacional e assegurem condições adequadas de aprendizagem para todos.

A desigualdade de conhecimento, por sua vez, refere-se às diferenças nos resultados de aprendizagem entre os estudantes, frequentemente condicionadas por suas trajetórias educacionais, condições sociais e o tratamento recebido nas instituições. Mesmo quando frequentam a escola, muitos alunos enfrentam obstáculos estruturais que comprometem seu desempenho, como currículos descolados de suas realidades e avaliações centradas na padronização. Dickel (2010) aponta que a influência do PISA tem sido determinante na definição de currículos voltados à lógica do desempenho, o que contribui para a exclusão simbólica de saberes locais e desvaloriza a diversidade cultural

dos estudantes. As avaliações padronizadas, nesse sentido, pouco dialogam com os desafios enfrentados por alunos em contextos de pobreza, invisibilizando suas experiências e reforçando práticas meritocráticas.

Sampaio e Oliveira (2015) destacam que a promoção da justiça educacional requer a garantia de oportunidades equânimes de aprendizagem, independentemente da origem social, étnico-racial ou de gênero dos estudantes. Para isso, torna-se imprescindível o investimento em políticas compensatórias, formação docente contínua e práticas pedagógicas sensíveis às desigualdades, capazes de articular conhecimento acadêmico com os saberes e vivências dos alunos.

Apesar dos avanços na universalização da educação básica, o sistema educacional continua enfrentando barreiras relacionadas à permanência e ao sucesso acadêmico, especialmente para as populações de baixa renda e em regiões periféricas. Essa realidade é particularmente preocupante porque, como observa Freire (2019), a educação deveria funcionar como um instrumento de libertação e emancipação, capaz de transformar as relações opressivas que caracterizam sociedades desiguais. Contudo, em vez disso, muitas vezes a escola atua como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e econômicas.

No cenário global, a influência de organismos supranacionais, como a OCDE, por meio de instrumentos como o PISA, introduz uma nova camada de complexidade à análise das desigualdades educacionais no Brasil. Dardot e Laval (2016) argumentam que a lógica neoliberal, dominante nas políticas supranacionais, promove uma visão instrumental da educação, na qual o desempenho e a eficiência são priorizados em detrimento da equidade. Essa racionalidade, que eles denominam de 'nova razão do mundo', reforça uma governança orientada por métricas que muitas vezes negligenciam as especificidades culturais e contextuais das realidades locais, como ocorre no Brasil e em outros países latino-americanos.

A análise de Catani e Oliveira (2002) sobre as políticas educacionais destaca que, no caso brasileiro, a adoção de modelos globais, como os promovidos pelo PISA, deve ser criticamente avaliada. Embora esses instrumentos possam oferecer dados importantes para a formulação de políticas públicas, há um risco significativo de que a padronização imposta por essas avaliações contribua para a perpetuação de desigualdades já existentes, ao desconsiderar as condições materiais e históricas de cada país. A imposição de metas universais de desempenho pode obscurecer as reais necessidades do sistema educacional brasileiro, que incluem garantir a equidade no acesso e a justiça no tratamento de diferentes grupos sociais.

Arroyo (2000) reforça a importância de reconhecer as imagens e autoimagens dos educadores e educandos no contexto escolar, destacando que a relação pedagógica é profundamente influenciada pelas condições sociais dos sujeitos envolvidos. Ele aponta que uma educação verdadeiramente transformadora deve ir além da simples reprodução de conteúdo e métricas globais, buscando compreender as subjetividades e trajetórias de vida dos alunos como ponto de partida para práticas educativas mais inclusivas.

Outro aspecto fundamental é o impacto das desigualdades regionais no Brasil. Caetano e Ceneviva (2017) evidenciam que a distribuição desigual de recursos e oportunidades educacionais entre regiões, estados e municípios aprofunda o fosso existente entre os sistemas de ensino. As disparidades nos gastos educacionais, no acesso a infraestrutura adequada e na qualidade da formação docente revelam a necessidade de políticas mais eficazes e integradas, que considerem as especificidades regionais e promovam maior equidade.

Ademais, as discussões sobre justiça social no contexto educacional não podem ser desvinculadas do papel histórico da educação como elemento estruturante das sociedades desiguais. Como argumenta Freire (2019), o sistema educacional brasileiro ainda carece de uma pedagogia que, efetivamente, combata as opressões estruturais e promova a emancipação dos sujeitos marginalizados. A perpetuação de práticas excludentes na escola reflete o que Silva (2010) denomina como uma ‘educação para a desigualdade’, em que as condições de exclusão são naturalizadas e reproduzidas no espaço escolar.

A análise da desigualdade educacional no Brasil também exige atenção às relações entre educação e pobreza no contexto latino-americano. A região é marcada por um histórico de políticas públicas fragmentadas e insuficientes, que têm dificuldades em enfrentar a pobreza estrutural e suas implicações para a educação. Nesse sentido, o PISA, como ferramenta de avaliação global, pode ser tanto um aliado quanto um obstáculo, dependendo de como seus dados são interpretados e utilizados na formulação de políticas públicas. Xiaomin e Auld (2020) destacam que, enquanto o PISA pode fornecer dados sobre lacunas de desempenho, também carrega o risco de reforçar a lógica meritocrática e a competição internacional, que muitas vezes são incompatíveis com os contextos de desigualdade extrema.

Portanto, as desigualdades educacionais no Brasil não podem ser analisadas de forma isolada, mas devem ser compreendidas no entrelaçamento de fatores históricos, sociais, econômicos e políticos, que incluem a influência de atores supranacionais e a adaptação de políticas globais às realidades locais. Na próxima seção, será realizada uma análise detalhada dos relatórios do PISA, com foco em suas implicações para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades educacionais no Brasil e na América Latina, bem como nas possibilidades de uma educação mais equitativa e justa.

PISA: um Olhar para os Relatórios e suas Implicações

O PISA, coordenado pela OCDE, é um dos mais influentes mecanismos de avaliação educacional no mundo. Desde sua criação, em 2000, o PISA tem fornecido dados essenciais sobre o desempenho dos sistemas educacionais de diferentes países, sendo frequentemente utilizado como referência para a formulação de políticas educacionais. No contexto brasileiro e latino-americano, sua relevância vai além da simples análise do desempenho acadêmico, pois reflete as profundas desigualdades educacionais e os desafios estruturais enfrentados pelas sociedades da região.

A análise dos relatórios do PISA permite uma reflexão crítica sobre o papel das avaliações padronizadas e seus efeitos no combate à pobreza e às desigualdades educacionais.

O PISA e a Governança Educacional Global: o surgimento de um novo paradigma

A partir da década de 2000, o PISA passou a ocupar um lugar central nas discussões sobre políticas educacionais globais, como uma ferramenta de mensuração de desempenho e como um instrumento de governança educacional global. De acordo com Xiaomin e Auld (2020), o PISA é um exemplo claro da ‘virada humanitária’ no campo da educação, os dados gerados pelas avaliações passam a ser usados para orientar políticas públicas de alcance internacional, nesse sentido, o PISA fornece uma radiografia das desigualdades educacionais e promove um modelo de governança que impõe padrões globais sobre os sistemas educacionais nacionais.

O PISA é uma avaliação internacional aplicada pela OCDE, com periodicidade trienal, desde o ano 2000. Destinada a estudantes de 15 anos de idade, independentemente da série ou etapa escolar, a prova tem caráter amostral e é aplicada em escolas públicas e privadas de mais de 80 países. Seu objetivo principal é avaliar competências em leitura, matemática e ciências, a partir de situações do cotidiano, buscando mensurar a capacidade dos jovens de aplicar o conhecimento adquirido na escola à resolução de problemas reais. Como destacam Souza, Freitas e Caldeira (2024), o PISA se insere no contexto das políticas globais de regulação educacional e tem sido utilizado como referência para a formulação de metas e reformas curriculares em diversos países, inclusive no Brasil.

Além de avaliar o desempenho cognitivo dos estudantes, o PISA coleta informações contextuais por meio de questionários aplicados a alunos, professores e gestores, o que permite análises comparativas sobre fatores socioeconômicos, práticas pedagógicas e infraestrutura escolar. Essa dimensão contextual, segundo Stieg, Soares e Santos (2024), revela percepções importantes dos professores latino-americanos sobre os desafios da aprendizagem, especialmente em contextos marcados por desigualdades. No Brasil, a participação no PISA tem provocado intenso debate acadêmico e político, sobretudo em relação ao impacto de suas métricas na organização do currículo e na definição de políticas públicas. Conforme observa Dickel (2010), os resultados do PISA têm sido utilizados para legitimar reformas educacionais orientadas por uma lógica de desempenho, muitas vezes descoladas das realidades locais e das necessidades formativas dos estudantes brasileiros.

A OCDE, ao ampliar a participação de países de baixa e média renda, como o Brasil, introduziu o *PISA for Development*, uma adaptação do PISA. Essa versão do programa busca contextualizar as avaliações de acordo com os desafios específicos enfrentados por países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social. O *PISA for Development* foi um avanço significativo, pois permitiu que países em desenvolvimento participassem de uma forma mais alinhada com sua realidade, considerando fatores como infraestrutura educacional, acesso à tecnologia, recursos pedagógicos e condições socioeconômicas dos estudantes.

No entanto, apesar dessa adaptação, o conceito de ‘padronização’ continua a ser um grande desafio, como ressaltam Addey *et al.* (2017). A padronização das avaliações pode ser vista como um esforço para comparar sistemas educacionais de maneiras uniformes, mas, ao fazer isso, tende a desconsiderar as especificidades culturais, históricas e sociais de cada país. No contexto de países com realidades tão diversas, como o Brasil, essa abordagem simplificada ignora fatores como desigualdade social, diversidade cultural, diferentes línguas e até mesmo os tipos de currículo adotados nas escolas.

Além disso, essas avaliações padronizadas, frequentemente, reforçam a ideia de que a qualidade educacional se mede exclusivamente pelo desempenho acadêmico em disciplinas específicas, como matemática, ciências e leitura. Essa visão reducionista ignora a complexidade do contexto social e econômico dos estudantes, que pode influenciar diretamente seu desempenho. Por exemplo, estudantes que enfrentam condições de vulnerabilidade social, como pobreza, violência e falta de acesso a recursos educacionais adequados, podem ter seu potencial subestimado quando as avaliações se concentram apenas em resultados acadêmicos (Addey *et al.*, 2017).

Isso levanta questões importantes sobre o valor de se medir a educação com base em critérios tão limitados. O PISA, ao focar exclusivamente em habilidades cognitivas em determinadas áreas do conhecimento, pode não refletir adequadamente a formação integral do estudante, que inclui competências sociais, emocionais e cívicas, fundamentais para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e alinhada com os contextos locais. Além disso, os resultados dessas avaliações podem influenciar políticas educacionais de forma equivocada, promovendo soluções baseadas em comparações internacionais que desconsideram as realidades de cada país, perpetuando, assim, as desigualdades educacionais (Addey *et al.*, 2017).

Portanto, enquanto o *PISA for Development* representa um avanço importante para adaptar as avaliações a contextos mais diversos, ele também evidencia as limitações de um sistema de avaliação global padronizado que não leva em conta as particularidades culturais, sociais e econômicas dos países participantes. A busca por uma avaliação educacional mais justa e equitativa exige, portanto, uma reflexão profunda sobre os métodos de medição da qualidade educacional e sobre a necessidade de incorporar dimensões mais amplas do aprendizado e do desenvolvimento dos estudantes.

O PISA e a Questão da Pobreza: Mapeando as Interconexões

A relação entre educação e pobreza é um tema central nas discussões sobre desigualdade educacional. Raffo *et al.* (2007) destacam que a pobreza não é apenas um fator externo que afeta os estudantes, mas está profundamente imbricada nas práticas e estruturas educacionais. No caso do Brasil, a pobreza e a desigualdade social têm um impacto direto no acesso à educação de qualidade, além de influenciar a capacidade dos alunos de aprender e progredir academicamente.

Os relatórios do PISA têm sido uma ferramenta relevante para expor as disparidades no desempenho educacional entre diferentes grupos sociais, destacando a enorme lacuna

entre os alunos das diversas classes sociais. Essa disparidade é especialmente evidente quando se compara o desempenho de estudantes de escolas públicas com o de estudantes de escolas privadas. De fato, o PISA revela consistentemente que os alunos de famílias com menor poder aquisitivo, que muitas vezes frequentam escolas públicas, apresentam um desempenho significativamente inferior em comparação aos seus pares de famílias mais abastadas, que têm maior acesso a recursos educacionais e frequente acesso a escolas privadas (Raffo *et al.*, 2007).

O PISA 2018, por exemplo, trouxe à tona dados alarmantes sobre essa realidade, mostrando que, em muitos países, incluindo aqueles com elevados índices de desenvolvimento humano, os alunos de famílias com menor renda enfrentam sérias dificuldades no desempenho acadêmico. Essa tendência persiste em nações com sistemas educacionais considerados bem desenvolvidos, o que indica que, embora o desenvolvimento econômico de um país seja um fator importante, ele não é suficiente para mitigar as desigualdades educacionais de maneira eficaz. A persistente desigualdade educacional entre classes sociais revela que, em muitos casos, o acesso à educação de qualidade está profundamente atrelado ao *status* socioeconômico da família, com os estudantes de classes mais altas tendo mais oportunidades de acesso a melhores escolas, materiais didáticos, suporte pedagógico e um ambiente mais favorável ao aprendizado.

A análise desses dados do PISA é importante para entender como as desigualdades educacionais podem ser exacerbadas em contextos de desigualdade social extrema, como ocorre em muitas regiões da América Latina. Nessas regiões, as disparidades socioeconômicas são frequentemente ampliadas por fatores como violência, falta de infraestrutura adequada, defasagem na formação dos professores e uma série de barreiras que dificultam o acesso dos alunos de classes populares a uma educação de qualidade. Essas condições afetam o desempenho acadêmico dos estudantes e prejudicam sua capacidade de acessar oportunidades de emprego e de melhorar sua condição socioeconômica ao longo da vida, perpetuando o ciclo de desigualdade.

Os relatórios do PISA revelam as diferenças de desempenho entre as classes sociais e servem como um alerta para a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes, que busquem reduzir as desigualdades educacionais. Essas políticas devem ir além do simples financiamento das escolas, abrangendo aspectos como a formação contínua de professores, a melhoria das condições de ensino nas escolas públicas, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam à diversidade dos estudantes e o fortalecimento de programas de apoio a alunos em situação de vulnerabilidade social. O desafio, portanto, é entender como esses fatores interagem e criar um sistema educacional que ofereça oportunidades reais para todos, independentemente de sua origem social e econômica.

As Limitações das Avaliações Padronizadas

Apesar de fornecerem dados valiosos, as avaliações padronizadas, como o PISA, são alvo de críticas recorrentes. Afonso (1999, 2000) argumenta que os testes

padronizados, frequentemente, servem como instrumentos de regulação e controle, operando de maneira que reforça as desigualdades sociais e educacionais existentes. Ao aplicar os mesmos critérios de avaliação em contextos tão distintos, as avaliações padronizadas ignoram as realidades locais e as barreiras sociais enfrentadas por estudantes de diferentes regiões. Isso pode levar à perpetuação de um ciclo de desigualdade, no qual as escolas em áreas desfavorecidas, com menos recursos, são mais propensas a apresentar baixos desempenhos, o que acaba por reforçar a ideia de que a educação nessas regiões é de qualidade inferior.

A crítica de Dardot e Laval (2016) ao neoliberalismo na educação também é relevante nesse debate. Os autores argumentam que as reformas educacionais, impulsionadas por instrumentos como o PISA, refletem uma lógica de mercado que visa a competição e a eficiência em vez da inclusão e da equidade. Essa perspectiva transforma a educação em um bem de consumo, em que os estudantes são vistos como competidores em uma corrida para atingir padrões globais de desempenho, em vez de ser tratada como um direito fundamental voltado para o desenvolvimento pleno e integral do ser humano. A aplicação de testes padronizados, segundo essa visão, acaba reforçando a competitividade e a meritocracia, elementos centrais do modelo neoliberal, em detrimento de uma educação que promova a equidade e a justiça social.

O Impacto do PISA no Brasil e na América Latina

No Brasil, o impacto dos relatórios do PISA é ambíguo. Por um lado, os dados fornecem uma base importante para a formulação de políticas públicas, ajudando a identificar áreas de fraqueza no sistema educacional e possibilitando a implementação de medidas corretivas. Por outro lado, a utilização desses dados, muitas vezes, ignora as realidades locais e as complexas interações entre pobreza, desigualdade e educação. Isso é particularmente relevante em um contexto como o brasileiro, no qual as desigualdades regionais e sociais são profundas e afetam diretamente o acesso e a qualidade da educação.

O PISA, ao colocar o Brasil e outros países latino-americanos em um contexto global, pode servir como um ponto de partida para um debate mais amplo sobre a necessidade de políticas educacionais mais sensíveis às especificidades locais e que considerem as condições socioeconômicas e culturais dos estudantes. A análise dos dados do PISA, portanto, não deve se limitar a uma simples comparação de resultados, mas deve ser utilizada para informar políticas que promovam uma educação mais inclusiva e equitativa, que leve em conta as desigualdades estruturais presentes na sociedade.

A análise crítica dos relatórios do PISA, em especial quando contextualizada pelo debate sobre a pobreza e as desigualdades educacionais, é fundamental para que se possa traçar estratégias mais eficazes para a superação das disparidades educacionais. O desafio está em ir além das métricas padronizadas e adotar abordagens que considerem as múltiplas dimensões da desigualdade e os diferentes contextos sociais.

Freire (2019), por exemplo, ensina que a educação deve ser vista como um processo de emancipação e transformação social, não apenas como a transmissão de conteúdos. Para que os dados do PISA possam efetivamente contribuir para uma educação mais equitativa e justa, é necessário um compromisso com políticas que busquem melhorar o desempenho em provas padronizadas, mas que também enfrentem as desigualdades estruturais que limitam o acesso e o sucesso escolar, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

Percebe-se que, embora os dados do PISA forneçam uma visão valiosa sobre as desigualdades educacionais, é essencial que esses dados sejam usados com uma visão crítica e informada, que leve em consideração as especificidades locais e promova um modelo de educação mais inclusivo, justo e transformador para todos.

Considerações Finais

A participação do Brasil no PISA, desde 2000, revela uma trajetória marcada por progressos graduais, mas também por desafios persistentes no sistema educacional. Em sua primeira participação, em 2000, o Brasil se concentrou na avaliação de leitura, com resultados abaixo da média da OCDE, destacando a necessidade urgente de melhorar a compreensão textual dos estudantes brasileiros. Nos anos seguintes, a avaliação foi expandida para incluir matemática e ciências (2003) e, ao longo das edições, a análise do desempenho nas três áreas se aprofundou. O PISA 2006 e o PISA 2009 mostraram progressos graduais, mas as disparidades regionais ainda eram significativas, refletindo desigualdade no acesso à educação de qualidade.

Com a introdução da avaliação de resolução de problemas no PISA 2012, o Brasil enfrentou novos desafios, especialmente no desenvolvimento de competências de pensamento crítico e adaptabilidade, necessárias para resolver problemas do cotidiano e do mercado de trabalho. Em 2015, apesar de pequenos avanços em leitura e ciências, os resultados em matemática continuaram a ser um ponto crítico, com o Brasil se mantendo abaixo da média da OCDE e evidenciando a dificuldade dos alunos em lidar com conteúdos mais complexos.

O PISA 2018 trouxe uma reflexão sobre os progressos lentos, mas contínuos, no desempenho dos alunos brasileiros, especialmente em ciências e matemática, enquanto as desigualdades educacionais persistiam. A preparação dos estudantes para desafios globais, como a resolução de problemas e a capacidade crítica, foi um tema central.

Finalmente, o PISA 2022, ao incluir pela primeira vez a avaliação de pensamento criativo e a opcional alfabetização financeira, ampliou o foco da avaliação, destacando a importância de habilidades cognitivas, que vão além do domínio de conteúdos tradicionais. Apesar disso, o Brasil manteve seu desempenho abaixo da média da OCDE, enfrentando desafios em matemática e ciências, a necessidade de adaptação dos estudantes às exigências de um mundo em constante mudança se tornou ainda mais evidente.

Ao longo dos anos, o PISA tem sido uma ferramenta importante para avaliar o progresso e os obstáculos no sistema educacional brasileiro. Os resultados indicam que,

apesar dos avanços, as desigualdades regionais, as dificuldades em matemática e as lacunas nas habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico continuam a ser desafios centrais para o Brasil. Além disso, a preparação dos estudantes para um futuro dinâmico e global exige um esforço contínuo em áreas como alfabetização financeira, pensamento criativo e desenvolvimento de habilidades cognitivas mais amplas.

A análise do PISA ao longo das edições evidencia que o sistema educacional brasileiro precisa adotar estratégias mais eficazes, focadas não só no aumento da qualidade do ensino, mas também na redução das desigualdades e na formação de estudantes preparados para os desafios do século XXI. Isso inclui o fortalecimento das competências cognitivas e socioemocionais, essenciais para o sucesso em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

Este estudo não esgota o tema da análise do PISA e seus impactos no sistema educacional brasileiro. O PISA fornece dados profundos sobre o desempenho dos estudantes e as disparidades existentes, mas suas implicações vão além das avaliações quantitativas. É necessário um aprofundamento nas causas subjacentes a essas desigualdades, como as condições socioeconômicas, a formação e a valorização dos professores, a infraestrutura das escolas e a relação entre políticas educacionais e resultados. Além disso, a reflexão sobre como as habilidades avaliadas no PISA se traduzem em competências aplicáveis ao cotidiano e ao mercado de trabalho ainda carece de investigações mais planejadas, que considerem as especificidades e os contextos regionais do Brasil.

Para futuras pesquisas, seria importante explorar como as políticas públicas externas para a educação podem ser ajustadas para enfrentar de maneira mais eficaz as desigualdades regionais e socioeconômicas reveladas pelos resultados do PISA. Investigar, por exemplo, como a adaptação dos currículos e a incorporação de competências socioemocionais e digitais podem ajudar a melhorar o desempenho dos estudantes em áreas críticas, como matemática e ciências. Estudos futuros também podem investigar as experiências de escolas que apresentam resultados acima da média, buscando identificar boas práticas que possam ser replicadas em outras regiões. Além disso, seria relevante analisar como as avaliações do PISA influenciam as reformas educacionais e as decisões políticas no Brasil, a fim de verificar se esses dados estão sendo utilizados de maneira estratégica para promover mudanças reais e tensões no sistema educacional.

Referências

ADDEY, Camilla *et al.* (org.). **PISA, poder e política**: o surgimento da governança educacional global. Oxford: Symposium Books, 2017.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2000.

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 69, p. 123-140, 1999.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo/SP: Editora Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro/RJ: Editora Vozes, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. Lei Federal n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, Seção 1, p. 27839, 1996.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.406, de 11 de setembro de 2023. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, set. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14406.htm. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. **Mais Educação**. Brasília/DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2023.

BRASIL. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)**. Brasília/DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 05 dez. 2024.

CAETANO, André; CENEVIVA, Ricardo. **Educação e desigualdade no Brasil**. São Paulo/SP: UNESP, 2017.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de (org.). **Política educacional**: questões e dilemas. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristiano. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo/SP: Editora Boitempo, 2016.

DICKEL, Adriana. O impacto do PISA na produção acadêmica brasileira: contribuições para a discussão do currículo escolar. **Educação - Teoria e Prática**, Botucatu/SP, v. 20, n. 35, p. 201–216, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4092>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Paz e Terra, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2008.

GREK, Sotiria; LINDGREN, Joakim (org.). **Governando por números: educação, governança e a cultura global de testes**. Londres: Routledge, 2015.

RAFFO, Carlo *et al.* **Educação e pobreza: mapeando suas interconexões**. Londres: Routledge, 2007.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista RBPAE**, Brasília/DF, v. 3, p. 511-530, 2015.

SELLAR, Sam; THOMPSON, Greg; GORUR, Radhika. **A corrida global da educação: tomando a medida do PISA e dos testes internacionais**. Edmonton: Brush Education, 2017.

SILVA, Luiz Heron da. **Educação, desigualdade e justiça social**. Campinas/SP: Editora Papirus, 2010.

SOUZA, Maria Luiza Dique de; FREITAS, Luane Coutinho de; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA): contexto de influência nas políticas globais. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa/PA, v. 17, n. 1, e69603, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v17i1.69603>. Acesso em: 15 jul. 2025.

STIEG, Ronildo; SOARES, Denilson Junio Marques; SANTOS, Wagner dos. Métodos de avaliação para aprendizagem: o que evidenciam os professores de países latino-americanos no questionário contextual do PISA 2018? **Educar em Revista**, Curitiba/PR, v. 40, n. 1, e93764, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.93764>. Acesso em: 15 jul. 2025.

XIAOMIN, Lingard; AULD, Elizabeth. Uma perspectiva histórica sobre a “virada humanitária” da OCDE: PISA para o Desenvolvimento e o Learning Framework 2030. **Comparative Education**, [SI], v. 56, n. 4, p. 503-521, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/03050068.2020.1781397>. Acesso em: 15 jul. 2025.